



# ELEIÇÕES GERAIS 2019

BOLETIM SOBRE O PROCESSO POLÍTICO EM MOÇAMBIQUE

**Editor:** Joseph Hanlon | **Director:** Edson Cortez | **Chefe de redação:** Borges Nhamire  
**Repórteres:** Aldemiro Bande, Magda Mendonça, Sheila Nhancale

Número 21 - 09 de Maio de 2019

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

[eleicoes@cipeleicoes.org](mailto:eleicoes@cipeleicoes.org) <https://cipeleicoes.org/>

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/gnZXPze> e a versão em inglês [tinyurl.com/sub-moz](http://tinyurl.com/sub-moz)

**O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.**

## Como vai o recenseamento eleitoral?

Na maioria dos postos, o recenseamento eleitoral vai bem. Não são reportados casos graves que obriguem à paralisação do processo. Fora os já habituais casos de avarias das máquinas e falta de corrente eléctrica, há histórias inéditas narradas pelos nossos correspondentes espalhados um pouco por todo o país, que vale a pena partilhar com os nossos leitores....

### Funcionários públicos forçados a recensearem-se em postos exclusivos

A lei estabelece que todo cidadão deve recensear-se no posto mais próximo da sua casa, mas um pouco por todo o país, funcionários públicos, sobretudo professores, recebem instruções para se recensearem em determinados postos, mesmo que não estejam localizados próximos das suas residências. Geralmente, tais instruções são emitidas e controladas pelas direções das escolas onde os professores estão afectos. Acredita-se que estes comandos ilegais visam controlar o voto dos professores.

Em Inhassunge, Zambézia, no posto nº 547, na EPC Eduardo Mondlane, todos os professores receberam ordens para recensear-se e apresentar o cartão de eleitor ao director da respectiva escola.

Casos desta natureza não são novos naquela escola, apurou o Boletim. Em 2018, aquando das eleições autárquicas, os mesmos professores foram obrigados a registarem-se em Quelimane, no posto instalado no Instituto Industrial.

Ainda na Zambézia, no distrito de Molumbo, localidade de Massilone, funcionários do Estado receberam instruções para recensearem-se no posto de Nantuto, o único existente naquele povoado. Muitos destes trabalham em Massilone, mas residem na vila-sede (Molumbo).

No distrito de Macate, Manica, professores da EPC de Marera foram obrigados pelo director a actualizar os cartões de eleitor no posto instalado naquela escola, reportam os nossos correspondentes. Um dos professores cuja identidade não será revelada por razões óbvias

disse ao Boletim que o director terá recebido ordens superiores para tomar a decisão. Entretanto, muitos dos funcionários exercem as suas actividades em Macate e, no final do dia, regressam.

### Comida pelo recenseamento para vítimas do Idai

No distrito de Nhamatanda, uma das áreas severamente afectadas pelo ciclone Idai, líderes comunitários obrigam a população a exibir o cartão de eleitor para ter acesso aos donativos destinados às vítimas do ciclone. Quem não tiver recenseado, simplesmente não recebe os insumos. Por conta da política implementada nesta quarta-feira, houve uma afluência considerável de eleitores aos postos de recenseamento, a partir desta quinta-feira, reportam os nossos correspondentes.

### Leões de Gorongosa paralisam recenseamento

Leões e hienas provenientes do parque de Gorongosa estão a limitar recenseamento no povoado de Nhamanguquere, Distrito de Dondo, cerca de 10 Km do parque. As brigadas móveis que deviam instalar a povoação não estão a circular por temer ataque de leões. Desde sábado último, nenhum eleitor foi inscrito porque os brigadistas temem deslocar-se para o povoado.

A circulação de animais selvagens do Parque Nacional de Gorongosa é comum naquele povoado. O assunto já é do conhecimento do STAE e do

Governo local, os quais solicitaram, a 6 de Abril, uma intervenção por parte direção do parque.

“Pedimos a direcção do parque para afugentar os animais”, disse Manuel Samo, director do STAE no distrito de Dondo, que de seguida explicou que o recenseamento continuará paralisado naquele povoado até que o problema seja resolvido.

## **Multiplicam-se casos de múltipla inscrição**

No distrito de Macate, Manica, um jovem foi encontrado na posse de três cartões de eleitor em seu nome, o que chamou atenção dos nossos correspondentes. Os cartões, que possuíam o mesmo número de inscrição, foram emitidos no posto da EPC de Ndenguene no domingo passado (28 de Abril). Ouvido pelo Boletim, o visado disse ter registado três vezes alegadamente à mando do secretário do bairro de Ndenguene. Entretanto, o secretário refutou as acusações que pesam contra si e disse não ter conhecimento do caso.

O chefe da organização das operações eleitorais no distrito de Macate, Arcanjo Joaquim, confirmou o caso, mas disse tratar-se de erros de impressão em dois dos cartões. “O erro dos brigadistas foi ter dado todos os cartões ao eleitor”, disse.

Mas este não é caso isolado. No distrito de Mopeia, Zambézia, no posto de Nzanza, um eleitor foi descoberto a tentar recensear-se pela quarta vez. O caso deu-se quando o cidadão exibiu aos seus companheiros três cartões de eleitor em seu nome enquanto aguardava na fila, criando alguma agitação. O agente da polícia afecto àquele posto foi chamado a intervir, entretanto, o jovem pôs-se em fuga.

Sabe-se, pois, que o cidadão em causa teria se recenseado nos postos da EPC Sede, Liberdade e 16 de Junho.

## **Agentes da polícia no centro da polémica**

No distrito de Doa, província de Tete, agente da polícia afecto à brigada móvel nº 431 espancou um suposto membro da Renamo alegadamente por este ter criado desordem no posto. O caso deu-se quando tal cidadão terá questionado a conduta de um líder comunitário que proibia alguns eleitores de se recensearem por não terem contribuído alimentos para as refeições dos brigadistas.

Segundo o director do STAE local, o membro da Renamo estava a criar desordem no posto.

O suposto membro da Renamo não faz parte dos lista de fiscais do STAE e não reside naquela povoação.

No distrito de Mutarara, o agente da polícia afecto ao posto nº 202, na Escola Secundária de Mutarara, apresenta-se ao posto faltando apenas uma hora para o encerramento das actividades. A supervisora do posto, que desconhece o nome do agente, alega que a ausência do mesmo está a gerar insegurança naquele posto. “O polícia raramente aparece, mal o conhecemos”, disse.

## **“Caminhámos 14 km com mobile na cabeça”**

Dois brigadistas afectos ao posto de recenseamento da EP1 de Luazi, em Mugovolas, caminham 14 quilómetros todos os dias carregando mobile ID, para poder carregar no lugar mais próximo com energia eléctrica e assim garantir a inscrição de eleitores.

O mobile ID é carregado no posto administrativo de Nhanhupo Rio, que dista a 7 quilómetros da EP1 de Luazi. O STAE não alocou meio de transporte para os brigadistas. “Ao menos se tivéssemos motorizada ou bicicleta”, disseram os brigadistas.

Dionísio António, digitador naquele posto, contou que as caminhadas são feitas na companhia de um agente da polícia por questões de segurança.

Os brigadistas alegam que já pediram meio de transporte ao STAE mas não tiveram resposta. Dionísio contou que sempre estabelece contactos com o STAE distrital, nunca tem resposta satisfatória. “Amanhã vamos mandar um painel solar para melhorar as vossas actividades esta é a resposta recorrente do STAE”, conta.

Já passam 24 dias desde o início do recenseamento eleitoral, porém, o painel nunca chega ao posto de recenseamento onde Dionísio está afecto.

## **Já há recenseamento na zona de ataques em Mocímboa da Praia**

Vinte e quatro dias após início oficial do recenseamento eleitoral, as populações residentes em zonas alvo de ataques de jihadistas no distrito de Mocímboa da Praia, já podem se recensear.

Nossos correspondentes reportam que os nove postos de recenseamentos instalados nas zonas alvos de ataques, que estavam encerrados, já estão abertos e neste momento já funcionam todos os 39 postos instalados no distrito.

# Análises questionam orçamento excessivo das Eleições de 2019

O orçamento anunciado pela Comissão Nacional de Eleições para financiar as eleições gerais e das Assembleias Provinciais deste ano é excessivo e pode forçar o Governo a usar receitas das mais valias para financiar o processo, considera uma análise do grupo de pesquisa sobre Receitas e Despesas Públicas do Centro de Integridade Pública.

“A CNE anunciou no passado dia 14 de Fevereiro que para as Eleições de Outubro de 2019 precisa de um financiamento de cerca de 14.600 milhões de meticais (USD 245 milhões) e que enfrenta um défice de 56%. No entanto, o valor anunciado pela CNE como necessário para cobrir o orçamento para as eleições de 2019 representa 508% de

aumento relativo às despesas realizadas em 2014, um aumento completamente fora da tendência dos outros anos eleitorais, sem apresentação dos argumentos que o justifiquem e que não encontra suporte nas dinâmicas das variáveis económicas”, lê-se na análise.

Os pesquisadores concluíram que será difícil a CNE obter financiamento dos parceiros para as eleições deste ano pois “o défice é de 56%, que é mais de metade do valor necessário para financiar as eleições em todas as suas fases”. Menciona ainda a situação das “dívidas ocultas” que reduziu a confiança no país, o que, conseqüentemente, torna difícil a provisão da ajuda financeira à Moçambique.

Porque as eleições devem acontecer mesmo sem financiamento dos parceiros, os pesquisadores preveem que o Governo poderá ter que receitas das mais valias para financiar as despesas das eleições.

O artigo completo está disponível em <https://cipmoz.org/2019/03/31/orcamento-para-eleicoes-de-2019-e-excessivo/>.



Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

[eleicoes@cipeleicoes.org](mailto:eleicoes@cipeleicoes.org) <https://cipeleicoes.org/>

**COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2019** a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia a veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a edição em Inglês [tinyurl.com/sub-moz](http://tinyurl.com/sub-moz).

As primeiras edições estão disponíveis em <https://cipeleicoes.org>

Boletins sobre as eleições autárquicas do ano passado estão em <http://bit.ly/EIAutar2018>

